



**PARECER PRÉVIO Nº 18/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11774/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Barcelos
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Edson de Paula Rodrigues Mendes (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1930/2020-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Barcelos. Exercício de 2018.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** as contas do Prefeito do Município de Barcelos, Sr. Edson de Paula Rodrigues Mendes, relativas ao exercício financeiro de 2018, tendo em vista a configuração de irregularidades insanáveis, tal como constante na fundamentação *do Relatório-Voto*;
- 10.2. **Oficiar** a Câmara Municipal de Barcelos para que cumpra o disposto no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, especialmente quanto ao prazo de sessenta dias para o julgamento das Contas do Prefeito, contados da publicação no DOE do presente Parecer Prévio.

Vencido o voto-destaque da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos pela recomendação de Aprovação com ressalvas das Contas Prefeito do Município de Barcelos.

**11- Ata:** 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.



**PARECER PRÉVIO Nº 18/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**12- Data da Sessão:** 17 de Junho de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro-Convocado

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 18/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 18/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11774/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Barcelos
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Edson de Paula Rodrigues Mendes (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1930/2020-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Barcelos. Exercício de 2018.

Ofício. Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Notificação.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Barcelos, referente ao exercício financeiro de 2018, de responsabilidade do ordenador de despesas, Sr. Edson de Paula Rodrigues Mendes, conforme o art. 22, III, “b” e “c” c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;
- 10.2. **Considerar em Alcance** o Gestor Responsável, ordenador de despesa, Sr. Edson de Paula Rodrigues Mendes no valor de **R\$ 21.209,00** que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Barcelos corrigidos, com fulcro no artigo 304, I, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE, devido a não comprovação de execução:
  - 10.2.1 Do contrato firmado com a empresa R.M. CHAVES EIRELI – ME (CNPJ 18.854.660/0001-03), no valor de R\$ 14.000,00, cujo objeto era a prestação de serviços de mão de obra em pintura, manutenção elétrica e hidráulica, manutenção civil e cobertura da Escola Municipal Padre Clemente Salleri;



**ACÓRDÃO Nº 18/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 18/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.2.2** Do contrato firmado com a empresa Robson Bezerra Sampaio (CNPJ 643.846.402-34), no valor de R\$ 7.209,00, cujo objeto era a elaboração de projetos básicos e arquitetônicos em obras de reforma de sete escolas municipais da sede e da zona rural de Barcelos/AM.

**10.3. Aplicar Multa** ao Sr. Edson de Paula Rodrigues Mendes no valor de **R\$ 20.000,00**, fundamentada no art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 204/2020 e no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal (Regimento Interno), por impropriedades identificadas e não sanadas, descritas nos itens **9, 31-33, 38, 40, 41, 42-43, 44-46, 47, 52-56, 57-59, 60-61, 63-64, 65-66**, do voto. O valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.4. Aplicar Multa** ao Sr. Edson de Paula Rodrigues Mendes no valor de **R\$ 20.481,60** (12x R\$1.706,80), fundamentada no 54, I, "a", da Lei nº 2.423/1996, c/c art. 308, I, "a", da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, por atrasos na remessa das Balancetes Mensais ao sistema E-Contas no exercício de 2018, conforme disposto nos **itens 12-13**, do voto. O valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.5. Determinar** à Prefeitura Municipal de Barcelos que cumpra:

**10.5.1** artigo 20, I, da Lei Complementar nº 06/1991 c/c artigo 29, da Lei nº 2.423/1996;



**ACÓRDÃO Nº 18/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 18/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.5.2** artigo 15, §1º da Lei Complementar nº 06/1991, com redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e na Resolução nº 07/2002-TCE;
- 10.5.3** art. 94 e 96 da Lei nº 4.320/1964 e art. 1º, XXVII da Resolução nº 27/2013 TCE/AM;
- 10.5.4** artigo 165, §3º, CF/1988 e artigo 52 e seguintes, e Resolução nº 24/2013 TCE/AM;
- 10.5.5** art. 29-A, §2, II, CF/1988;
- 10.5.6** art. 1º, XXV e XXVI, da Resolução nº 27/2013/TCE/AM;
- 10.5.7** art. 1º, §1º, da Resolução nº 13/2015 TCE/AM;
- 10.5.8** art. 1º, XXXVIII da Resolução nº 27/2013-TCE/AM;
- 10.5.9** art. 1º, XXXIX da Resolução nº 27/2013-TCE/AM;
- 10.5.10** art. 67, da Lei nº 8.666/1993;
- 10.5.11** art. 43, III e IV da Lei nº 8.666/1993;
- 10.5.12** art. 38, I a XII da Lei nº 8.666/1993;
- 10.5.13** arts. 13 e 14 da Lei nº 5.194/1966 c/c o art. 1º da Resolução nº 282/1983 do CONFEA;
- 10.5.14** art. 7º, I, §§1º, 2º, I da Lei nº 8.666/1993, bem como art. 6º, IX, “a” a “f”, do mesmo texto legal;
- 10.5.15** Lei nº 6.496/1977; art. 7º da Resolução CONFEA nº 361/1991 e arts. 2º e 3º da Resolução CONFEA nº 1.023/2008;
- 10.5.16** art. 60, art. 61 e parágrafo único e art. 62, todos da Lei nº 8.666/1993
- 10.5.17** art. 62 da Lei nº 8.666/1993;
- 10.5.18** arts. 2º e 3º da Resolução nº 1025/2009 do CONFEA c/c art. 1º, § 1º e arts. 2º, 5º e 6º da Resolução nº 425/1998 do CONFEA, arts. 1º e 2º da Lei nº 6.496/1977 e Súmula nº 260 do TCU;
- 10.5.19** art. 2º, §1º, art. 3º, III e art. 6º, da Lei nº 11738/2008;
- 10.5.20** art. 7º, da Lei Complementar nº 141/2012, que estabelece para os municípios o percentual mínimo de 15% da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156, da CF, assim como dos recursos de que tratam o art. 158 e art. 159, §3º e art. 159, I, “b”, todas da CF/1988.
- 10.6. Determinar** à SECEX a inclusão no Plano de Auditoria de todas as matérias tratadas apontadas no rol de determinações, para que a próxima comissão de Inspeção dê especial atenção aos itens, visando verificar reincidência;
- 10.7. Notificar** o Sr. Edson de Paula Rodrigues Mendes com cópia do Relatório/Voto, Parecer do MPC, manifestações conclusivas das



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 6

**ACÓRDÃO Nº 18/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 18/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

Comissões de Inspeção e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso

Vencido o voto-destaque da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos pela Regularidade com Ressalvas da Prestação das Contas Anuais da Prefeitura de Barcelos com determinações à origem.

- 11- **Ata:** 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 17 de Junho de 2020
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- **Representante do Ministério Público:** Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral